

## IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NA 2ª REGIÃO

### DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

#### 1ª QUESTÃO

O Juiz do 1º grau de jurisdição negou uma "liminar" requerida em ação que tramitava em processo de cognição. O Relator do correspondente recurso de Agravo de Instrumento, interposto no Tribunal *ad quem*, ao contrário do que decidira o juiz, concedeu a medida no chamado Juízo de "suspensividade ativa".

Exarada a sentença de mérito, posteriormente, no Juízo *a quo*, acabando dispondo no sentido contrário da liminar concedida no 2º grau, pergunta-se: a decisão do tribunal fica ou não com seus efeitos mantidos? Com base em quais fundamentos jurídicos?

#### 2ª QUESTÃO

Seria possível, processualmente, o recebimento de valores pretéritos no bojo do mesmo processo em que se reconhecem tais direitos, com sentença final, de natureza mandamental, em sede previdenciária, com trânsito em julgado? Justifique a resposta.

#### 3ª QUESTÃO

Em razão do atual (e vigente no nosso sistema processual civil) "princípio da substanciação", defina os respectivos motivos jurídicos e efeitos das "liminares" concedidas nas ações mandamentais e possessórias, em cotejo com a antecipação de tutela em geral (art. 273 do CPC). Resposta objetiva.

#### 4ª QUESTÃO

Diga, sucintamente, o porquê da inadequação técnico-processual de cada uma das usuais expressões contidas nos seguintes despachos: "Em réplica" e "Especifiquem-se provas".

#### 5ª QUESTÃO

É correto, na visão jurídico-processual, o Juiz dispor sobre multa pecuniária vinculada a eventual descumprimento de comando emergente de sua Decisão Judicial, que condena a parte a uma obrigação de dar quantia certa? E no que tange a uma condenação de obrigação de fazer, também?

### 6ª QUESTÃO

Quando se pode considerar, fática e juridicamente, que uma pessoa tem capacidade civil? Este estado está relacionado com a legitimação *ad causam* ou com a legitimidade de parte (na concepção de pressuposto processual)? No segundo questionamento, também diga o porquê.

### 7ª QUESTÃO

Em poucas palavras, conceitue o instituto da posse, e responda, objetivamente (com a mínima justificação dogmática), se a União, por exemplo, pode pretender, com sucesso, um Interdito Reintegratório de imóvel de sua propriedade, submetido a uma relação jurídica vigente e válida com o particular, invocando interesse público genérico.

### 8ª QUESTÃO

Defina os pontos fundamentais que diferenciam juridicamente as responsabilidades civis objetiva e por culpa presumida.

### 9ª QUESTÃO

O direito potestativo pode ser atingido pelos efeitos da prescrição? Por quê?

### 10ª QUESTÃO

Caberá dano moral, em tese, em qualquer lesão a direito? Por quê? E quando ela (a lesão) não ocorrer, será possível, também em tese, este tipo de reparação?

## **DIREITO CONSTITUCIONAL III, DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO ADMINISTRATIVO**

### 11ª QUESTÃO

Que são terras devolutas? A quem pertencem, de acordo com a Constituição Federal?

### 12ª QUESTÃO

Em que consiste a executoriedade dos atos administrativos? Em que circunstâncias os atos administrativos são dotados de executoriedade?

### 13ª QUESTÃO

Aponte os instrumentos de outorga de uso privativo de bem público que conferem ao particular direito real resolúvel sobre o bem, identificando se a modalidade é unilateral ou contratual.

### 14ª QUESTÃO

Quais são os legitimados para impetrar mandado de segurança coletivo?

### 15ª QUESTÃO

Aponte os aspectos diferenciais entre empresas públicas e sociedades de economia mista, quanto à constituição do capital, à forma societária e à competência para julgamento das ações em que sejam parte.

### 16ª QUESTÃO

Quanto aos empréstimos compulsórios, responda:

- a) qual(is) a(s) entidade(s) federativa(s) com competência para instituí-los e em que casos?
- b) sua instituição sempre se subordina aos princípios da legalidade e da anterioridade? Especifique, se for o caso.

### 17ª QUESTÃO

Diferencie isenção autônoma e heterônoma no que diz respeito:

- a) a seus instituidores; e
- b) às respectivas espécies normativas que as veiculam.

### 18ª QUESTÃO

De acordo com o Código Tributário Nacional, em que hipóteses interpreta-se literalmente a legislação tributária?

### 19ª QUESTÃO

Cite as modalidades de lançamento previstas no Código Tributário Nacional.

### 20ª QUESTÃO

De quem é a competência para instituir o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e quais são os seus contribuintes?

## **DIREITO FINANCEIRO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, E DIREITO COMERCIAL**

### 21ª QUESTÃO

Qual o significado dos atos *ultra vires* na gerência das sociedades?

### 22ª QUESTÃO

Quais as teorias que informaram o Código Civil anterior e o atual na distinção entre a matéria civil e a comercial? Justifique.

### 23ª QUESTÃO

Distinga o bilhete de passagem do conhecimento de transporte. Justifique.

### 24ª QUESTÃO

Existe diferença entre embarcação e navio? Justifique.

### 25ª QUESTÃO

Pode um estudante ser segurado da previdência social? Justifique.

### 26ª QUESTÃO

As contribuições para a seguridade social se subordinam ao princípio constitucional da anterioridade como ocorre com os tributos?

### 27ª QUESTÃO

Quais as espécies de previdência privada que se conhece? Justifique.

### 28ª QUESTÃO

Qual a natureza jurídica do orçamento? Justifique.

### 29ª QUESTÃO

O que se entende por princípio de exclusividade no direito financeiro?

### 30ª QUESTÃO

O Tribunal de Contas tem atribuição para sustar a execução de um contrato administrativo? Justifique.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL I E II; DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO**

### 31ª QUESTÃO

Qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à possibilidade de controle direto de constitucionalidade com relação a leis anteriores à Constituição vigente?

### 32ª QUESTÃO

Comente, segundo a Constituição Federal, a constitucionalidade de lei estadual que exija a prévia autorização do Poder Legislativo para a celebração de convênios pelo Poder Executivo Estadual.

### 33ª QUESTÃO

Lei federal instituidora de tributo cobrado ao longo de dois anos tem sua constitucionalidade questionada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta. Aponte, de forma objetiva, as consequências jurídicas das duas hipóteses a seguir: (i) revogação da lei tributária antes do julgamento da ação (ii) reconhecimento, pelo STF, da inconstitucionalidade da lei.

### 34ª QUESTÃO

Comente, de forma sumária: presunção de constitucionalidade das leis e princípio da interpretação conforme à Constituição.

### 35ª QUESTÃO

Discorra, com brevidade, sobre o princípio da subsidiariedade como pressuposto de admissibilidade para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

### 36ª QUESTÃO

O sistema de controle de constitucionalidade brasileiro admite a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade?

### 37ª QUESTÃO

Comente a constitucionalidade formal de lei versando sobre regime jurídico de servidores públicos, de iniciativa parlamentar, sancionada pelo chefe do Poder Executivo.

### 38ª QUESTÃO

Qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à possibilidade de extradição quando o extraditando responde por crime punido com pena de prisão perpétua no país requerente?

### 39ª QUESTÃO

Quais as fases de incorporação dos tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro?

### 40ª QUESTÃO

É homologável, pelo Supremo Tribunal Federal, sentença estrangeira que condena cidadão brasileiro ao pagamento de débito decorrente de dívida de jogo assumida no exterior?

## **DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### 41ª QUESTÃO

Indicar qual a função que desempenha no direito penal o princípio da confiança.

### 42ª QUESTÃO

Explique sucintamente os pressupostos para que o consentimento do ofendido possa ser invocado como causa de justificação.

### 43ª QUESTÃO

Quando se consuma o delito de violação de correspondência?

### 44ª QUESTÃO

Um casal de namorados se encontra em um motel, quando é surpreendido por dois assaltantes. Ameaçando-os de morte, os assaltantes lhes exigem todo o dinheiro que possuíam, o que importava, afinal, em R\$ 100,00 (cem reais). Insatisfeitos com o montante arrecadado, os assaltantes decidem que o namorado deveria fazer algumas retiradas em caixas eletrônicas acompanhado de um deles, enquanto a mulher permaneceria no motel sob a ameaça do outro até que aquele regressasse com uma quantia maior em dinheiro. Assim o fazem. Enquanto o assaltante A fica com a mulher em seu poder, o assaltante B sai com a outra vítima para efetuar os saques. Depois de arrecadar em dois caixas com o uso do cartão da vítima R\$ 500,00, o assaltante B resolve também violar uma agência bancária, vindo a ser preso justamente na hora em que rompia com uma pedra a porta de entrada da agência da Caixa Econômica Federal situada na Avenida Rio Branco. Indique os crimes que devem ser imputados aos assaltantes A e B.

#### 45ª QUESTÃO

Diferenciar sucintamente entre o conceito social de ação de Jescheck e a concepção de ação socialmente adequada de Welzel.

#### 46ª QUESTÃO

Um empresário da construção civil planeja realizar loteamento em determinada área situada em região urbana do Rio de Janeiro. Depois de consultar seus assessores, recebe a informação de que aquela região estava protegida porque era coberta por floresta integrante da mata Atlântica. Apesar disso, o construtor manda desmatar a área e começa a edificar a infra-estrutura própria do loteamento. Por este fato, o MPF o denuncia perante a 5ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro pelo delito previsto no art. 38 da Lei 9.605/98 ("Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção"). A juíza titular, entretanto, não recebe a denúncia porque entende que o fato deve ser julgado pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a autorização para o loteamento é de atribuição da Prefeitura Municipal e não da União. Remetidos os autos ao Juiz Estadual, este suscita conflito negativo de jurisdição, sob o fundamento de que a Mata Atlântica pertence à União, sendo, portanto, a Justiça Federal competente para processar e julgar o feito. Responda o seguinte: a) qual o Tribunal competente para dirimir o conflito? b) Qual a Justiça competente para julgar o fato delituoso?

#### 47ª QUESTÃO

Depois de longa investigação policial, descobre-se que o diretor Y de um banco privado havia informado falsamente a um jornalista que a instituição financeira oficial X, que estava para ser privatizada, tinha um passivo a descoberto na ordem de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Em decorrência desta notícia, a cotação das propostas de sua compra no pregão sofre um deságio na ordem de 40% do valor real. Diante disso, o MPF denuncia-o pelo crime do art. 3º da Lei 7.492/86 e pede ao Juiz Federal sua prisão preventiva. Atendendo ao pedido do MPF o juiz assim despacha: "**Verifico da promoção do MPF que efetivamente estão presentes os elementos referidos no art. 30 da lei 7.492/86. Por isso, decreto a prisão preventiva do acusado Y**". Inconformado com a decisão, o patrono do acusado impetra em seu favor **habeas corpus**, argumentando que a prisão era ilegal. Explique sucintamente se a prisão é legal ou ilegal.

(Lei 7492/86 - Art. 3º. Divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira: Pena - reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 30. Sem prejuízo do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal aprovado pelo Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941, a prisão preventiva do acusado da prática de crime previsto nesta Lei poderá ser decretada em razão da magnitude da lesão causada)

#### 48ª QUESTÃO

Proceder à diferenciação entre erro de tipo permissivo e erro de permissão.

#### 49ª QUESTÃO

Um funcionário da Receita Federal é chamado de "adúltero e cafetão" por sua ex-mulher em pleno local de trabalho. Em decorrência disso, o funcionário representa contra ela ao MPF. Decorridos mais de 20 dias sem que o MPF se tenha manifestado sobre a representação, a vítima contrata um advogado, o qual oferece queixa contra a ex-mulher pelo delito de injúria, ajuizando-a perante o Juizado Especial Federal. Na audiência preliminar, a vítima resolve conciliar-se com a autora do fato e, assim, perdoá-la. Em face disso, o juiz declara extinta a punibilidade e determina o arquivamento do feito. Inconformado com o desfecho dado ao caso, o MPF recorre tempestivamente da decisão à Turma Recursal, alegando que o perdão só poderia ter sido homologado com sua concordância. Na qualidade de juiz da Turma Recursal explique se a decisão recorrida está correta.

#### 50ª QUESTÃO

De conformidade com o eminente penalista Claus Roxin, a imputação objetiva do resultado pode ser excluída pelos princípios do fim de proteção da norma e do alcance do tipo. Diferencie sucintamente estes dois princípios.